

Governança e Territorialidade no Turismo: Análise dos Conselhos Municipais no Brejo Paraibano

Gutemberg Cardoso da Silva¹

Rosa Maria Vieira Medeiros²

Resumo: O presente estudo tem como objeto de análise os Conselhos Municipais de Turismo na região do Brejo Paraibano, buscando compreender a dinâmica de participação dos diferentes atores sociais na gestão do turismo local e os impactos desse envolvimento na promoção e desenvolvimento do setor. O objetivo principal é avaliar como esses conselhos, instaurados a partir do Programa de Regionalização do Turismo, contribuem para a governança e para a articulação entre os setores público, privado e sociedade civil. A metodologia adotada incluiu uma pesquisa documental, com a coleta de dados em leis municipais e documentos oficiais que regulamentam os conselhos, além da análise quantitativa da estrutura de participação dos atores nos 14 municípios da região. Os resultados indicam que, embora a maioria dos conselhos possua funções deliberativas e consultivas, a representação da sociedade civil se destaca, evidenciando um espaço potencial para a atuação dos cidadãos na gestão turística. As conclusões apontam que a participação efetiva desses conselhos é crucial para a elaboração de políticas públicas que atendam às necessidades locais e aproveitem as especificidades da região, como seu patrimônio cultural e recursos naturais. As implicações práticas sugerem que fortalecer a atuação desses conselhos pode levar a uma melhor articulação entre os atores e um desenvolvimento turístico mais sustentável, refletindo nas economias locais e na preservação da cultura regional. Este trabalho se destaca por sua abordagem integrada e original sobre a participação social na gestão do turismo, oferecendo uma contribuição valiosa para a literatura sobre governança no turismo no Brasil e propondo novas direções para pesquisas futuras nesse campo, especialmente em contextos de ruralidade e potencial turístico.

Palavras-chave: Governança turística; Conselhos Municipais; Brejo da Paraíba.

INTRODUÇÃO

O turismo tem se destacado como uma importante atividade econômica, especialmente em regiões que buscam o desenvolvimento sustentável e a diversificação de suas bases produtivas. O Brasil, com sua vasta diversidade geográfica e cultural, apresenta grande potencial para a promoção do turismo regional, e as políticas públicas desempenham um papel essencial na estruturação dessa atividade. No entanto, a implementação de políticas de governança que integrem os diversos atores sociais – governo, iniciativa privada e sociedade civil – ainda enfrenta desafios significativos. Nesse sentido, o estudo do turismo na região do Brejo Paraibano se torna relevante, dado o crescimento dessa atividade como

¹ Doutorando em Geografia pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), Mestre em Turismo pela Universidade Federal do Paraná (UFPR). Bacharel em Turismo pela Universidade Federal da Paraíba (UFPB). E-mail: gutorp@outlook.com

² Professora do Departamento de Geografia do Instituto de Geociências da UFRGS, Mestre em Sociologia Rural pela UFRGS e doutora em Geografia pela Université de Poitiers (1998). E-mail: rmmedeiros@ufrgs.br

alternativa econômica em locais historicamente dependentes de atividades agrícolas em declínio.

O desenvolvimento turístico, especialmente em regiões menos centrais, exige a articulação de múltiplos agentes que devem dialogar e trabalhar em conjunto para maximizar os benefícios sociais e econômicos gerados pelo turismo. É nesse contexto que se insere a análise da governança turística na região do Brejo Paraibano, que, após a capital João Pessoa, destaca-se como uma das áreas com maior potencial turístico do estado da Paraíba (GOVERNO DA PARAÍBA, 2024).

A partir do Programa de Regionalização do Turismo (PRT), implementado pelo Ministério do Turismo, houve uma tentativa de descentralizar a gestão turística no Brasil, incentivando a criação de conselhos municipais de turismo como espaços de articulação e participação dos diferentes atores envolvidos no desenvolvimento turístico. Essa política visava não apenas organizar o turismo regional, mas também fomentar o diálogo entre setores e a promoção de ações conjuntas. Contudo, a literatura aponta que a integração entre os diversos atores sociais no turismo ainda é limitada, e a participação efetiva da sociedade civil, em especial, muitas vezes é subestimada ou mal articulada (Duarte Pimentel & Chaves Pimentel, 2015; Trentin & Fratucci, 2011).

Figura 01 – Mapa do Turismo da Paraíba



Fonte: Governo da Paraíba (2024)

O problema central desta pesquisa reside em compreender como se dá a participação dos atores sociais nos conselhos municipais de turismo na região do Brejo Paraibano, analisando a efetividade dessas instâncias como ferramentas de governança participativa. A hipótese que norteia o estudo é a de que, apesar da criação formal dos conselhos, sua atuação ainda encontra entraves, especialmente no que tange à articulação entre os diferentes setores e à real representatividade da sociedade civil. O objetivo geral é mapear os conselhos municipais de turismo na região, identificando sua composição, suas funções e o grau de participação dos diferentes atores, com ênfase na sociedade civil e na cultura local como motores do desenvolvimento turístico sustentável.

A estrutura deste trabalho está organizada da seguinte forma: no Referencial Teórico, será discutida a literatura sobre governança turística e a importância da participação dos atores sociais na formulação de políticas públicas. Em Metodologia, será apresentada a abordagem qualitativa da pesquisa, detalhando o processo de coleta e análise de dados. Em Resultados e Discussões, serão apresentados os achados da pesquisa sobre a criação e funcionamento dos conselhos municipais de turismo, bem como a representatividade dos atores envolvidos. Por fim, as Considerações Finais discutirão as implicações práticas dos resultados, sugerindo caminhos para a melhoria da articulação entre os atores sociais e para o fortalecimento da governança do turismo na região.

REFERENCIAL TEÓRICO

A governança no turismo tem sido amplamente discutida por diferentes autores, que destacam a importância da articulação entre atores públicos, privados e da sociedade civil para o desenvolvimento sustentável dessa atividade (BENI, 2003; SANTOS, 2006; BOULLÓN, 2002). No contexto brasileiro, a descentralização das políticas públicas voltadas para o turismo, a partir do Programa de Regionalização do Turismo (PRT), se apresenta como uma iniciativa crucial para a reorganização da gestão turística. Essa descentralização promove a participação social e o fortalecimento da gestão local (BRASIL, 2005). Entretanto, a efetividade dessa governança depende, entre outros fatores, da capacidade de articulação entre os atores envolvidos e da criação de instâncias participativas, como os conselhos municipais de turismo.

A concepção de governança turística envolve a coordenação de diversos atores que têm interesses muitas vezes divergentes. De acordo com Beni (2003), a governança no turismo deve ser compreendida como um processo colaborativo e integrador, que envolve a negociação contínua entre os diferentes setores da sociedade. Para Boullón (2002), a governança eficaz não apenas permite a cooperação entre agentes públicos e privados, mas também possibilita a participação ativa da comunidade local. Essa visão é reforçada por Santos (2006), que destaca o papel dos conselhos de turismo como instrumentos que possibilitam o exercício da cidadania e a tomada de decisões compartilhada no âmbito da gestão turística.

Um aspecto fundamental discutido na literatura é o conceito de governança participativa, no qual a sociedade civil desempenha um papel ativo na formulação de políticas públicas. Para autores como Bordenave (1992), a participação social e política no turismo não deve ser meramente formal, mas deve incluir mecanismos que garantam a representatividade e o controle social sobre as decisões tomadas. Duarte Pimentel e Chaves Pimentel (2015) defendem que, no campo turístico, a articulação entre os diferentes atores, incluindo turistas, empresas e governos, é crucial para que haja um desenvolvimento sustentável e inclusivo do setor. Nesse contexto, a criação de espaços formais de participação, como os conselhos municipais, emerge como uma estratégia chave para a integração desses diversos agentes.

A participação social no turismo também é analisada sob a ótica das redes de governança, conceito que trata da cooperação horizontal entre diferentes setores da sociedade (ANSELL; GASH, 2008). No Brasil, o PRT busca fortalecer essas redes, incentivando a participação de múltiplos atores em fóruns de deliberação, como os conselhos municipais de turismo. No entanto, como destacam Trentin e Frattucci (2011), um dos maiores desafios enfrentados por esse programa é a articulação efetiva entre os diferentes agentes, especialmente nas regiões que possuem menor tradição de participação política ou em áreas onde o turismo ainda está em desenvolvimento, como no caso do Brejo Paraibano.

Além disso, o conceito de territorialidade, explorado por autores como Haesbaert (2004), oferece uma perspectiva crítica sobre a produção e apropriação dos espaços turísticos. Haesbaert propõe uma análise multiterritorial, na qual diferentes agentes sociais, como turistas, moradores e empresários, compartilham e disputam o uso do território. No contexto turístico, o território não é apenas um espaço físico, mas também um espaço simbólico e econômico, onde se sobrepõem interesses

culturais, sociais e econômicos. O conceito de multiterritorialidade é particularmente relevante para compreender as dinâmicas de governança no turismo, já que diferentes atores constroem e utilizam o território de maneiras distintas e, por vezes, conflitantes.

Outra importante contribuição teórica vem de Santos (2006), que discute a "natureza do espaço" e como ele é produzido socialmente. Para Santos, o espaço geográfico é um conjunto de sistemas de objetos e sistemas de ações. No caso do turismo, esses sistemas são formados por infraestruturas (hotéis, restaurantes, atrativos) e práticas sociais (fluxos turísticos, políticas públicas, interações entre atores). O turismo, portanto, contribui para a produção do espaço, alterando suas características e influenciando a vida das comunidades locais, como as do Brejo Paraibano.

No âmbito das políticas públicas de turismo no Brasil, o Programa de Regionalização do Turismo – Roteiros do Brasil, lançado em 2005, destacou a importância de promover o turismo em regiões menos desenvolvidas, buscando interiorizar o fluxo de visitantes e integrar atividades econômicas complementares, como o artesanato e a agropecuária, ao turismo. Segundo o Ministério do Turismo (Brasil, 2005), a criação de redes regionais, envolvendo diversos municípios, fortalece a governança e contribui para a integração das políticas de desenvolvimento turístico. O estudo de Trentin e Frattucci (2011) complementa essa análise, ao destacar os desafios enfrentados na implementação do programa, especialmente no que tange à articulação entre os diversos atores regionais e a necessidade de revisão metodológica para uma melhor integração das ações.

O turismo, enquanto atividade econômica, social e cultural, não pode ser compreendido apenas pelo viés mercadológico. Ele reconfigura o território e influencia a organização social das comunidades locais. Boullón (2002) destaca que o planejamento do espaço turístico precisa considerar as especificidades locais e regionais, bem como as dinâmicas globais que impactam o desenvolvimento de destinos. A partir dessa visão, o planejamento turístico deve ser realizado de forma sistêmica, considerando o território como um elemento dinâmico e mutável, onde a governança local tem papel central na mediação de interesses.

A discussão sobre a participação da sociedade civil nos processos decisórios é igualmente relevante. Bordenave (1992) argumenta que a participação efetiva dos atores sociais nas decisões políticas e econômicas é fundamental para a construção de uma sociedade mais equitativa. No contexto do turismo, essa participação ocorre

principalmente por meio dos Conselhos Municipais de Turismo, que, conforme apontado por Santos (2006), permitem a articulação entre os diferentes atores e promovem uma gestão mais democrática dos recursos e dos territórios turísticos. A criação desses conselhos em diferentes municípios brasileiros, como os da região do Brejo Paraibano, mostra-se uma importante ferramenta de governança participativa.

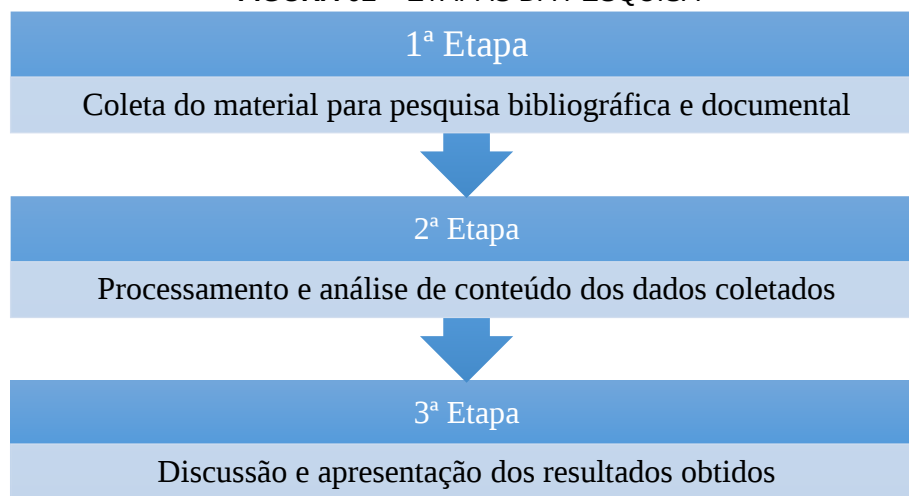
Por fim, a literatura sobre governança e turismo destaca que a implementação de políticas públicas voltadas para o desenvolvimento sustentável dos territórios turísticos depende de uma articulação eficaz entre os atores locais e regionais. O envolvimento das comunidades locais, do setor privado e das instituições públicas na formulação e execução dessas políticas é essencial para garantir que o desenvolvimento do turismo seja inclusivo, sustentável e capaz de promover a melhoria da qualidade de vida das populações envolvidas. A implementação de mecanismos que assegurem a participação efetiva da sociedade civil nos conselhos de turismo é um passo importante nessa direção.

PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Este estudo caracteriza-se como uma pesquisa descritiva, com enfoque qualitativo, tendo como objetivo analisar os conselhos municipais de turismo na região do Brejo Paraibano. A escolha dessa abordagem justifica-se pela necessidade de compreender as dinâmicas de interação entre os diversos atores que compõem o sistema turístico local, bem como as implicações dessas interações na gestão e no desenvolvimento do turismo na região. Para tanto, foram utilizados dados secundários provenientes de documentos oficiais, legislações municipais e relatórios disponíveis nas plataformas governamentais.

A coleta de dados foi realizada por meio de um levantamento sistemático das informações disponíveis nas leis de criação dos Conselhos Municipais de Turismo, bem como em documentos referentes ao Programa de Regionalização do Turismo (PRT) implementado no Brasil. A amostra abrangeu os 14 municípios que compõem a região do Brejo Paraibano, considerando suas respectivas legislações e a composição dos conselhos. Esse enfoque permitiu identificar a estrutura e as funções dos conselhos, além de mapear a presença e a atuação dos diferentes atores sociais envolvidos.

FIGURA 02 – ETAPAS DA PESQUISA



Fonte: O autor (2025)

Para a análise dos dados, foi utilizada uma abordagem qualitativa que permitiu a sistematização das informações coletadas. Os dados foram organizados em gráficos e tabelas para facilitar a visualização das relações entre os atores, suas funções e a representação nos conselhos. A análise dos dados considerou tanto a perspectiva dos documentos oficiais quanto a literatura especializada sobre governança e gestão do turismo, proporcionando uma compreensão mais abrangente do cenário turístico na região.

O Quadro 01 apresenta uma adequação dos dados coletados sobre os atores envolvidos no turismo nos 14 municípios da região do Brejo Paraibano. Durante a análise das legislações municipais, observou-se que a nomenclatura das organizações responsáveis por atividades relacionadas ao turismo, cultura e infraestrutura variava consideravelmente entre os municípios. Essa diversidade de denominações foi tratada por meio da padronização dos dados, garantindo que todas as referências fossem alinhadas a categorias comuns. Essa abordagem não apenas facilita a compreensão da estrutura organizacional em cada município, mas também contribui para uma análise mais robusta sobre a participação dos diferentes atores no desenvolvimento do turismo regional.

QUADRO 01 - ADEQUAÇÃO DE DADOS

Ator	Como foi mencionado nas Leis
Órgão responsável pelo Turismo (10)	Secretaria de planejamento, Turismo e Meio ambiente (1) Secretaria de Cultura e Turismo (4)

	Secretaria de Esportes e Turismo (1) Departamento de Cultura e Turismo (2) Secretaria de Turismo (2)
Secretaria de Educação (06)	Secretaria de Educação (5) Secretaria de Educação e Cultura (1)
Secretaria de Agricultura (05)	Secretaria de Agricultura (2) Secretaria de Agricultura, Pecuária e Abastecimento (1) Secretaria de Agricultura e Meio ambiente (1) Departamento de Agricultura (1)
Secretaria de Infraestrutura (03)	Secretaria de Infraestrutura (2) Departamento de Infraestrutura e Meio Ambiente (1)
Outros Poder Público – Menos de cinco representações (17)	Secretaria de Administração (1) Secretaria de Comunicação (1) Gabinete do Prefeito (1) Secretaria de Indústria e Comércio (1) Secretaria de Finanças (1) Secretaria de Saúde (2) Secretaria de Meio Ambiente (2) Secretaria de desenvolvimento social (1) Secretaria de Administração e Finanças (1) Secretaria de Assistência Social e Habitação (1) Secretaria de Cultura (2) Indicador pelo Executivo Municipal (3)
Associação Rural (05)	Associação Comunitária rural (4) Associação de Trabalhadores Rurais (1)
Outros Sociedade Civil – Com menos de cinco representações (15)	Fórum Desenvolvimento Regional Sustentável (1) Pedaleiros (1) Produtor de cultura (1) Associação de estudantes (1) Artistas locais (1) Grupos de Trilhas ou Agências (1) Músicos ou Turismo Rural (1) Sociedade civil (1) UFPB – SINTESPB (2) Engenharte (Engenho de arte de Areia) (1) Associação Cultural Ninho de Pavão (1) Associação Turística (1) Imprensa (1) Economia criativa (1)
Outros Trade Turístico – Com menos de cinco representações (08)	Bancos (2) Engenhos (1) Produtores rurais (1) Promotores de eventos (1) Transportes Turísticos (1) Atrativos e equipamentos (1) SEBRAE (1)

Fonte: Dados da pesquisa (2025)

Os dados apresentados no Quadro 01 revelam a complexidade da organização do setor turístico no Brejo Paraibano, refletindo a diversidade de nomenclaturas

utilizadas nas legislações municipais. Por exemplo, a predominância da "Secretaria de Cultura e Turismo" em quatro municípios destaca a importância da articulação entre esses dois aspectos, que são fundamentais para o desenvolvimento turístico. Além disso, a variação nas denominações dos órgãos responsáveis pelo turismo e por setores relacionados, como a agricultura e a educação, sugere que há um potencial significativo para a sinergia entre esses setores, considerando que o turismo é uma atividade multidisciplinar que se beneficia da colaboração de diversas áreas.

A partir da análise dos dados coletados, foram realizadas considerações sobre as implicações práticas das estruturas de governança no turismo local, assim como as oportunidades e desafios enfrentados pelos conselhos na promoção do desenvolvimento turístico. Este estudo busca, assim, contribuir para a discussão sobre a importância da participação social e da articulação entre os diferentes atores na construção de políticas públicas eficazes para o turismo na região do Brejo Paraibano.

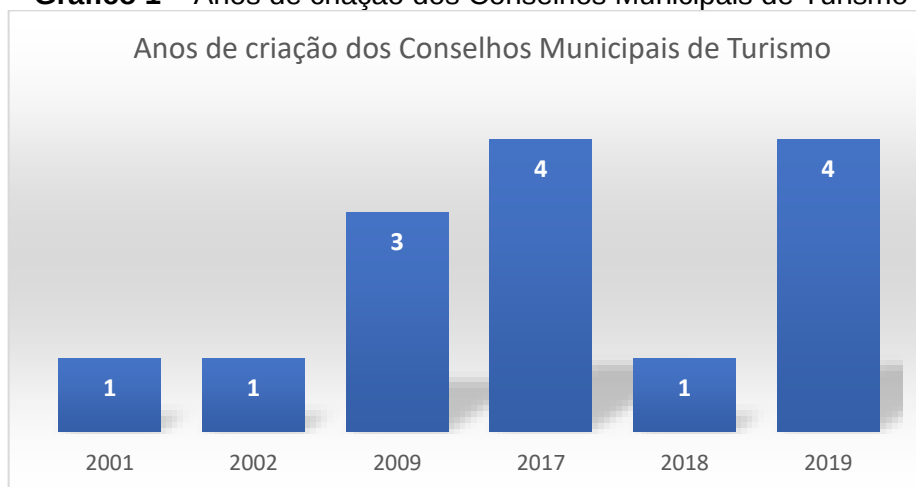
ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

Os dados obtidos nesta pesquisa revelam a dinâmica de atuação dos Conselhos Municipais de Turismo na região do Brejo Paraibano, evidenciando as interações entre os diversos atores envolvidos no processo de governança turística. A análise foi fundamentada em dois eixos principais: a estruturação dos conselhos e a distribuição de poder entre os diferentes atores sociais.

Estruturação dos Conselhos Municipais de Turismo

O levantamento realizado identificou que, dos 14 municípios da região, a maioria dos Conselhos Municipais de Turismo foi criada após a implantação do Programa de Regionalização do Turismo (PRT) em 2005. Observa-se que o aumento significativo na criação dos conselhos ocorreu a partir de 2017, conforme demonstrado no Gráfico 1, que apresenta os anos de criação dos conselhos em cada município.

Gráfico 1 – Anos de criação dos Conselhos Municipais de Turismo

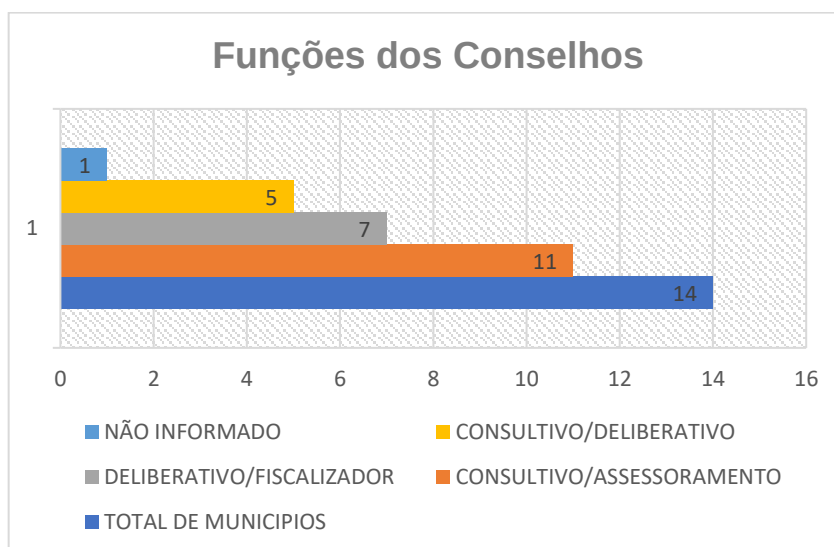


Fonte: Dado da pesquisa (2025)

A crescente criação de conselhos a partir de 2017 sugere uma maior mobilização social e interesse em governança local, um aspecto destacado por Lima (2011), que ressalta que a formação de conselhos pode servir como um canal para a participação da sociedade civil nas decisões de turismo. Isso também se alinha com a proposta de Beni (2003), que defende que a organização dos atores sociais é fundamental para o desenvolvimento sustentável do turismo.

A estrutura dos conselhos, conforme analisado, varia entre funções deliberativas e consultivas. Dos 14 municípios pesquisados, 11 apresentaram conselhos com funções deliberativas e 11 possuem função consultiva, como demonstrado no Gráfico 2.

Gráfico 2 – Funções dos Conselhos Municipais de Turismo



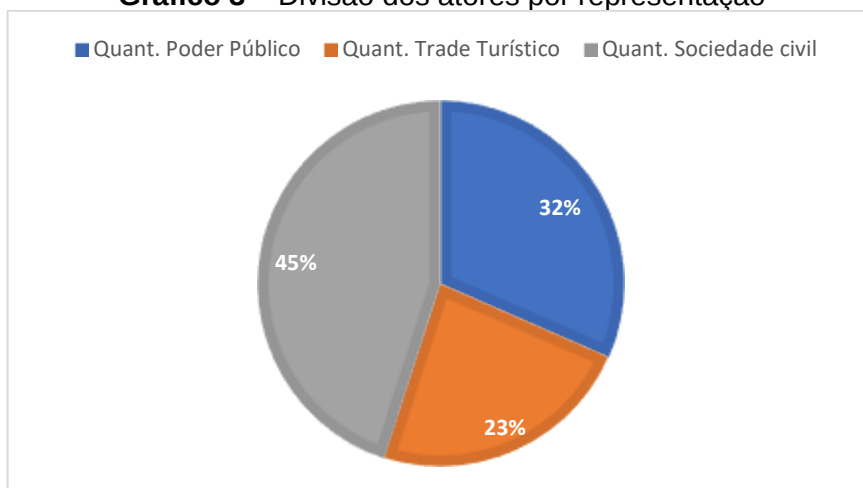
Fonte: Dado da pesquisa (2025)

Esses dados corroboram a literatura de Beni (2003), que enfatiza a importância da participação social na gestão do turismo, sugerindo que a presença de múltiplas funções nos conselhos contribui para um ambiente mais democrático e participativo. Além disso, conforme ressaltado por Trentin e Frattucci (2011), a articulação efetiva entre os agentes sociais é crucial para o sucesso das metas do PRT, e a configuração das funções dos conselhos indica um passo importante nesse sentido.

Distribuição de Poder entre Atores

A análise da distribuição de poder entre os diferentes atores sociais nos conselhos revela uma predominância da sociedade civil em relação ao poder público e ao trade turístico, conforme apresentado na Gráfico 3.

Gráfico 3 – Divisão dos atores por representação



Fonte: Dado da pesquisa (2025)

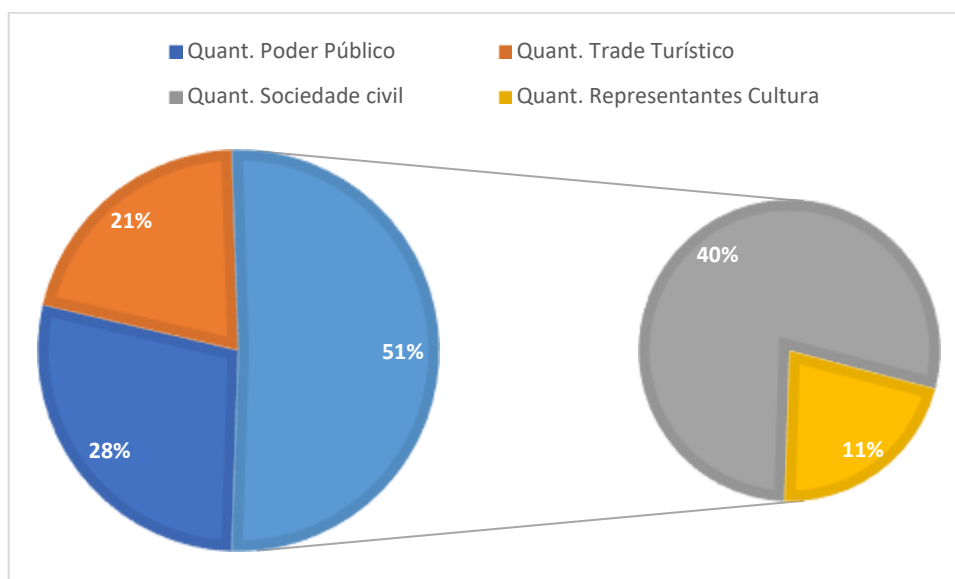
Os dados apresentados na figura indicam que a sociedade civil não apenas participa, mas também tem um papel ativo na governança do turismo. Essa tendência é apoiada por Silva (2013), que argumenta que a inclusão da sociedade civil na governança do turismo é essencial para a construção de um turismo que respeite as peculiaridades locais e promova o desenvolvimento social. A predominância da sociedade civil pode indicar um potencial para a promoção de iniciativas locais que favoreçam o turismo sustentável e inclusivo.

Este resultado é consistente com as afirmações de Bordenave (1992), que argumenta que a participação da sociedade civil é essencial para a efetividade das políticas públicas, uma vez que permite que a população exerça controle sobre as decisões. A diversidade e quantidade de representantes da sociedade civil em

comparação com os do poder público podem refletir uma demanda por maior envolvimento nas decisões que afetam o turismo local.

Os dados revelam também a presença significativa de representantes culturais nos conselhos, conforme exposto no Gráfico 4, que destaca as diversas representações culturais presentes.

Gráfico 4 – Representação da Cultura internamente na Sociedade Civil



Fonte: Dado da pesquisa (2025)

Essa diversidade de representação é fundamental para fortalecer o papel da cultura no turismo local, como argumentado por Duarte Pimentel e Chaves Pimentel (2015), que destacam a importância da cultura para a identidade do destino turístico. A presença de representantes culturais pode contribuir para um turismo mais autêntico e respeitoso das tradições locais, o que está alinhado com as propostas de desenvolvimento sustentável discutidas por autores como Santos (2006).

Em síntese, os resultados obtidos evidenciam a importância da estruturação e do funcionamento dos Conselhos Municipais de Turismo na promoção de uma gestão mais participativa e integrada. A análise dos dados, em comparação com a literatura existente, sugere que a efetividade dos conselhos depende da articulação entre os diferentes atores sociais, o que pode levar a um desenvolvimento turístico mais sustentável e alinhado às necessidades locais. Assim, os achados deste estudo não apenas contribuem para a compreensão da dinâmica do turismo no Brejo Paraibano, mas também para a discussão mais ampla sobre governança e participação social no turismo no Brasil.

IMPLICAÇÕES PRÁTICAS E/OU TEÓRICAS

Os resultados desta pesquisa sobre os Conselhos Municipais de Turismo na região do Brejo Paraibano evidenciam a necessidade de fortalecer a estrutura e a função desses conselhos para garantir uma participação efetiva da sociedade civil e do trade turístico. Recomenda-se que instituições governamentais promovam capacitações e eventos que integrem diferentes setores, como a agropecuária e o artesanato, visando uma governança colaborativa e sustentável. Tais ações podem fomentar uma cultura de cooperação e ampliar a oferta turística, ao mesmo tempo que fortalecem a economia local e a identidade cultural da região.

Do ponto de vista teórico, este estudo contribui para a literatura sobre governança no turismo ao destacar a importância da participação social e das interações entre diversos atores. Os achados corroboram teorias de participação discutidas por autores como Beni (2003), e abrem espaço para novas investigações sobre a formação de redes sociais no turismo. As implicações práticas e teóricas desta pesquisa fornecem um alicerce para a construção de abordagens mais integradas e holísticas na gestão dos destinos turísticos, com o potencial de gerar benefícios significativos para as comunidades locais.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As análises realizadas ao longo deste estudo sobre a dinâmica dos Conselhos Municipais de Turismo na região do Brejo Paraibano evidenciam a relevância da participação dos diferentes atores sociais no processo de governança turística. Os dados obtidos demonstram que, embora a maioria dos conselhos tenha sido criada após a implementação do Programa de Regionalização do Turismo, houve um aumento significativo na sua constituição e na diversificação das funções, especialmente após 2017. Isso reflete uma maior mobilização da sociedade civil e um reconhecimento do turismo como um componente vital para o desenvolvimento regional.

A presença predominante da sociedade civil nos conselhos é um indicativo positivo para a gestão participativa do turismo, alinhando-se às discussões de Beni (2003) e Silva (2013) sobre a importância da inclusão de diferentes vozes na formulação de políticas públicas. No entanto, a análise também revelou que a

distribuição de poder ainda apresenta desigualdades, com o trade turístico e o poder público ocupando papéis secundários em comparação à sociedade civil. Essa situação ressalta a necessidade de uma maior articulação entre os diferentes atores, como destacado por Trentin e Fratucci (2011), para garantir um turismo que seja verdadeiramente sustentável e que beneficie toda a comunidade.

Entretanto, este estudo também possui limitações que devem ser reconhecidas. A coleta de dados enfrentou desafios, especialmente em relação ao acesso às informações, o que pode ter impactado a completude da análise. Além disso, a ausência de entrevistas com os membros dos conselhos limita a compreensão mais profunda das dinâmicas e percepções individuais sobre a atuação dos mesmos. Assim, futuras pesquisas poderiam explorar essas dimensões qualitativas, buscando entender as motivações, desafios e experiências dos participantes nos conselhos.

Diante das considerações apresentadas, este trabalho responde à hipótese inicial de que a participação dos diferentes atores sociais nos Conselhos Municipais de Turismo é fundamental para a promoção de um turismo sustentável e integrado na região. Os resultados indicam que, para que essa integração seja efetiva, é necessário fomentar um diálogo mais robusto entre o poder público, o trade turístico e a sociedade civil, reconhecendo suas particularidades e potencialidades.

Em suma, os achados deste estudo não apenas contribuem para uma melhor compreensão da governança do turismo na região do Brejo Paraibano, mas também oferecem um ponto de partida para novas investigações que possam aprofundar o conhecimento sobre a articulação entre os atores sociais e a construção de um turismo mais inclusivo e representativo.

REFERÊNCIAS

ANSELL, C.; GASH, A. **Collaborative governance in theory and practice**. Journal of Public Administration Research and Theory, v. 18, n. 4, p. 543-571, 2008.

BENI, M. C. **Análise estrutural do turismo**. 9. ed. São Paulo: Editora Senac São Paulo, 2003.

BORDENAVE, J. E. D. **O que é participação**. 7. ed. São Paulo-SP: Editora Brasiliense, 1992.

BOUILLÓN, R. C. **Planejamento do espaço turístico**. São Paulo: Editora Aleph, 2002.

BRASIL, MINISTÉRIO DO TURISMO. **Programa de Regionalização do Turismo – Roteiros do Brasil: Módulo Operacional 7 – Roteirização Turística**. Brasília, 2005.

DUARTE PIMENTEL, T.; CHAVES PIMENTEL, M. P. **Destino turístico como construção coletiva**: os atores envolvidos e sua necessidade de articulação. TURYDES: Revista sobre Turismo y Desarrollo local sostenible, v. 8, n. 18, p. 12, 2015.

FARAH, M. F. S. **Parcerias, novos arranjos institucionais e políticas públicas no nível local de governo**. Revista de Administração Pública, Rio de Janeiro, v. 35, n. 01, p. 119-144, jan./fev. 2001.

FRATUCCI, A. C. **A dimensão espacial nas políticas públicas brasileiras de turismo**: as possibilidades das redes regionais de turismo. Niterói-RJ: UFF, 2008. 308 f. Tese (doutorado) – Programa de Pós-graduação em Geografia, Universidade Federal Fluminense, Niterói-RJ.

GALVÃO, S. F. S. **Interfaces cultural, política organizacional do projeto "caminhos do frio - rota cultural" no contexto da regionalização do turismo no brejo paraibano**. 2012. 213 f. Dissertação (Mestrado em Turismo) – Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, RN.

HAESBAERT, R. **O mito da desterritorialização**: do "fim dos territórios" à multiterritorialidade. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004.

HENDERSON, K. A. **Dimensions of choice**: A qualitative approach to recreation, parks, and leisure research. Venture Publishing, Inc., 1991.

MARTINS, C. (Org.). **Turismo, cultura e identidade**. 4. ed. Rio de Janeiro: Record, 2003.

MEDEIROS SILVA, W. K.; OLIVEIRA, A. J.; SILVA, K. A. **Turismo e desenvolvimento regionais**: o Brejo Paraibano como destino turístico. Revista FSA, v. 15, n. 1, 2018.

PAIXÃO, L. M. **Arranjos produtivos locais, governança territorial e desenvolvimento turístico no meio rural**: o caso das regiões turísticas da Serra Gaúcha, Bonito e Treze Tílias. Dissertação (Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional e Urbano) – Universidade de Salvador, Salvador, BA, 2013.

PELLEGRINI FILHO, A. **Ecologia, cultura e turismo**. 2. ed. Campinas: Papirus, 1997.

PEREIRA, C. A. S. **Políticas públicas no setor de turismo**. Turismo em Análise, São Paulo, v. 10, n. 2, p. 07-21, nov. 1999.

PROCOPIUCK, M. **Políticas públicas e fundamentos da administração pública: análise e avaliação, governança e redes de políticas, administração judiciária**. São Paulo: Editora Atlas, 2013.

SANTOS, M. **A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2006.

SANTOS, M. H. M. B.; SANTOS, R. I. C. **A importância das políticas públicas para o desenvolvimento do turismo cultural em Florianópolis e Porto Alegre**. In: IV Seminário de Pesquisa em Turismo do Mercosul, 2006.

SILVA, G. C.; CARVALHO, A. L. P. **A aplicabilidade da cultura popular local no turismo de João Pessoa-PB**. In: SILVEIRA, Resiane Paula da (Org.). Estudos em Turismo: Desafios e Caminhos. 2. ed. Formiga (MG): Editora Ópera, 2023. p. 232-.

SOARES, W. **Confiança, redes sociais, inovação e desenvolvimento local**. Belo Horizonte: UFMG, 2009.

SOUSA-SANTOS, T.; SILVA-PEREIRA, R. **O turismo como impulsionador do desenvolvimento regional: análise no Campo das Vertentes (MG), Brasil**. EURE (Santiago), v. 46, n. 137, p. 113-133, 2020.

STEWART, T. **A capital intelectual**. Rio de Janeiro: Campus, 1998.

STIGLITZ, J. E. **Os exuberantes anos 90: uma nova interpretação da década mais próspera da história**. Tradução: Sylvia M. S. C. dos Santos, Dante M. Aldrighi, José Francisco de L. Gonçalves, Roberto Mazzer Neto. São Paulo: Companhia das Letras, 2003.

TOMAZZONI, E. L. **Turismo e desenvolvimento regional: dimensões, elementos e indicadores**. Caxias do Sul: Educs, 2009.

TRENTIN, F.; FRATUCCI, A. C. **Política Nacional de Turismo no Brasil: da municipalização à regionalização**. Tourism & Management Studies, v. 1, p. 839-848, 2011.

VEAL, A. J. **Metodologia de pesquisa em lazer e turismo**. São Paulo: Aleph, 2011.